

- licitações realizadas e em andamento, incluindo processos de dispensa, de inexigibilidade e de adesão a registro de preços, contendo, conforme o caso, as publicações no Diário Oficial do Estado, editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados, incluindo termos aditivos e apostilamentos, notas de empenho e ordens bancárias emitidas, termos de recebimento do bem ou serviço;
- bens imóveis do Órgão ou Entidade, com indicação precisa do endereço de cada imóvel e data em que a relação de bens foi atualizada;
- autorizações de uso, alienações, doações, permissões, cessões e concessões de bens públicos;
- resultado final de inspeções, fiscalizações, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, incluindo prestações de contas e relatórios de gestão relativos a exercícios anteriores;
- remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada;
- respostas a perguntas mais frequentes da Sociedade;
- contato da Autoridade de Gerenciamento do Órgão ou Entidade, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
- outros, se houver, relatar.

10 - O sítio eletrônico do órgão/entidade possui:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Ferramenta de pesquisa de conteúdo;
- Possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;
- Possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- Divulgação detalhada dos formatos utilizados para estruturação da informação;
- Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- Mecanismo de atualização das informações;
- Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade;
- Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

11 - O órgão/entidade fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos, para as quais repassa recursos públicos, divulgam as informações listadas no § 10 do Art. 9º do Decreto Estadual nº 13.059/2015:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a cópia do estatuto social atualizado da entidade, em seu sítio na internet;
- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, em seu sítio na internet;
- Não;
- Não são destinados recursos a entidades sem fins lucrativos.

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS:

12 - O órgão/entidade instituiu Comissão Interna de Avaliação de Documentos e Informações – CIADI, obrigação prevista no Art. 38 do Decreto Estadual n. 1.359/2015.

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, em 2019;
- Sim, antes de 2019;
- Não.

13 - Em 2019, o órgão/entidade recebeu pedidos de desclassificação ou de revisão da classificação de informação?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, antes de 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, antes de 2019;
- Não.

14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

14.1 - Descreva qual foi a modificação de entendimento ocorrida.

Se a resposta foi 'Sim' na questão '14' (14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?) Por favor, relatar a ocorrência.

15 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

16 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

17 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

18 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet informações estatísticas agregadas dos Requerentes?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade	Autoridade de Gerenciamento do Órgão ou Entidade
<< Nome, Id. Funcional.>>	<< Nome, Id. Funcional.>>

[1] Decreto Estadual nº 2.176, de 12 de setembro de 2018. Art. 1º Fica instituído o Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará.

Protocolo: 552245

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR

EXTRATO DE TERMINO DE DISTRATO
SERVIDOR: RAFAEL GONÇALVES VIEIRA
ID.FUNCIONAL 5954233/1
ATO: TERMO DE DISTRATO
TÉRMINO DE VÍNCULO: A CONTAR DE 18/05/2020
TIPO DE VÍNCULO: TEMPORÁRIO
MOTIVO: A PEDIDO
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PARÁPAZ - POLO BREVES
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
JAMILLE SARATY MALVEIRA GRAIM
Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 552351

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 084 DE 05 DE MAIO DE 2020

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 34.184, de 15 de abril de 2020, bem como através da Lei 8.097 de 01 de janeiro de 2015 e ainda,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 059 de 30 de março de 2020, publicada no D.O.E nº 34.165 de 01 de abril de 2020, protocolo 538194, que tornou SEM EFEITO o Contrato Administrativo, celebrado com a servidora DRYELLEN DAYANY COELHO SOUSA, FUNÇÃO: Enfermeiro -Parauapebas. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
JAMILLE SARATY MALVEIRA GRAIM
Presidente da Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 552353

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 268/2020 - DAF/SEPLAD DE 08 DE JUNHO DE 2020

A Diretora de Administração e Finanças-SEPLAD, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 002/2019-GS-SEPLAD de 02 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial nº. 34.057 de 12 de dezembro de 2019, e ainda, CONSIDERANDO o processo nº 2020/248609 de 21 de maio de 2020; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013; CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93 – Licitações e Contratos Administrativos; CONSIDERANDO que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos no âmbito desta Secretaria serão efetivadas nos termos desta Portaria, e deverá obrigatoriamente ser acompanhada a execução por um servidor designado para fiscal do contrato, de acordo com o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas.